



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 13/2023 – CE – PP 132/2022

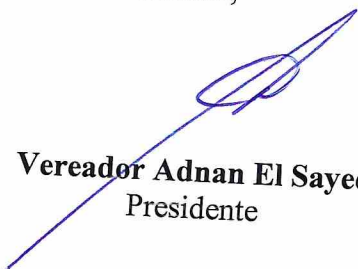
Foz do Iguaçu, 14 de agosto de 2023.

Excelentíssimo Senhor
João Morales
Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

Senhor Presidente:

A Comissão Especial instituída através da Portaria da Presidência nº 132/2022, composta pelos Vereadores Adnan El Sayed, Kalito Stoeckl e Cabo Cassol, *com o objetivo de debater a Mobilidade Urbana na cidade de Foz do Iguaçu*, encaminha à Vossa Excelência, o Relatório Final desta Comissão, para que seja lido em Plenário.

Atenciosamente,


Vereador Adnan El Sayed
Presidente

DESPACHO

- 1 – Leitura no expediente;
- 2 – À disposição no SAPL;
- 3 – Encaminhe-se cópia ao Executivo Municipal;
- 4 – Fica encerrado os trabalhos da Comissão.

Em 16/08/2023

JOÃO MORALES
Presidente

kt/

RELATÓRIO COMISSÃO ESPECIAL DE MOBILIDADE URBANA

Senhor Presidente:

Esta Comissão de Especial, dentro do prazo regimental para a conclusão dos trabalhos, tem a relatar o que abaixo segue:

1. Através da Portaria da Presidência nº 132/2022 de 08 de junho de 2022, foi criada a Comissão Especial integrada pelos Vereadores ADNAN EL SAYED; CABO CASSOL e KALITO STOECKL, com a finalidade de DISCUTIR a Mobilidade Urbana em Foz do Iguaçu (Requerimento 256/2021).
2. Aos 22 dias do mês de junho de 2022, a Comissão realizou sua primeira reunião quando, em consenso, elegeram para Presidente o Vereador Adnan El Sayed, Kalito Stoeckl para Relator e como membro, o Vereador Cabo Cassol
3. Aos 22 dias do mês de junho de 2022, a Comissão, através do Ofício 02/2022-CE, oficiou a Prefeitura Municipal informando da constituição da comissão Especial e convidando representante do executivo, a participar das reuniões, em especial aquelas onde se discutirá o novo modelo de transporte coletivo e seu contrato.
4. Em 22 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 03/2022 oficiou o DER e o DNIT, informando da constituição da comissão Especial e convidando representantes desses departamentos a participarem das reuniões. Solicitou-se ainda, no mesmo documento, cópias do Projeto de Duplicação da BR-469
5. Ofício no mesmo teor do item 4, com número 04/2022 foi enviado A Diretoria Geral da Itaipu.
6. Aos 14 dias de outubro de 2022, em 2ª reunião da CE, foram analisadas as respostas dos ofícios epigraçados e debateu-se os acontecimentos atuais das questões alusivas à Mobilidade Urbana como o início da duplicação da BR-469, obras na Av. General Meira, Perimetral Leste, ciclovias e transporte coletivo.
7. Através do ofício 06/2022 de 14 de outubro, questionou-se ao chefe do executivo 03 pontos extraídos da 2ª reunião, quer sejam:
 - Se a duplicação da BR469 segue o Plano de Mobilidade;
 - Se a efetivação das ciclovias segue o Plano de Mobilidade;
 - Se há pretensão em prorrogar o atual contrato de Transporte coletivo ou quais as ações/planejamentos para referido contrato.
8. Através da Portaria da Presidência nº 262/2022 de 16 de dezembro de 2022, foi prorrogado o prazo da Comissão Especial
9. Em 28 de fevereiro de 2023 realizou-se reunião com o Diretor Superintendente do FOZTRANS, Sr. Fernando Maraninchi. O teor da reunião foi lavrado em ata com 06 laudas que ficam à disposição no arquivo de documentos da Comissão.

CONCLUSÃO

Conforme Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Foz do Iguaçu, art. 72, as Comissões Especiais destinam-se ao estudo de reforma ou alteração de seu Regimento, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição pela Câmara em assuntos de notória relevância.

Seguindo essa premissa, a Comissão Especial debruçou-se sobre o conceito macro de Mobilidade Urbana, tendo como documento orientador e fonte primária, principalmente o Plano Municipal de Mobilidade Urbana já que este não apresentou nenhum tipo de mediação anterior.

Como fonte secundária e no intuito de melhor discutir a primária, foram emitidos diversos requerimentos e ofícios, muitos dos quais sem resposta ou ainda, com respostas incompletas e evasivas o que inclusive, incorreu no pedido de prorrogação da comissão especial, haja visto a demora ou o não recebimento das respostas solicitadas.

Em que pese a dificuldade em receber as respostas e a falta de acesso a projetos e planos de ação, a presente comissão conseguiu com esmero, apresentar alguns importantes encaminhamentos além de alcançar seu objetivo que era o de DISCUTIR a Mobilidade Urbana em Foz do Iguaçu, trazendo à população, um real panorama desse aspecto, quer sejam:

- Participação efetiva no Grupo de Trabalho do CODEFOZ, o qual elaborou lista de prioridades de projetos estratégicos para a cidade, a ser entregue à Itaipu Binacional. Foi com essa participação do presidente da presente comissão que pôde-se olhar com mais atenção às obras e investimentos relativos à Mobilidade Urbana. Esse documento final, elaborado pelo GT será aprovado em plenária do CODEFOZ, previsto para setembro/2023;
- Participação da Comissão Especial, através de seu relator, do SMARTCITY Expo Curitiba, o maior evento de Cidades Inteligentes da América Latina;
- Entendimento de que o atual modelo de transporte público não atende às expectativas da População o que motivou 01 audiência pública em maio/2023 e outra a ser realizada em agosto/202 bem como participação no Conselho de Comunidade em

08/agosto. São nesse espaços que a comissão consegue expor, ainda que de forma resumida, os encaminhamentos e entendimentos sobre os temas;

- Contribuição efetiva para a implementação do Passe Livre Estudantil, apresentando inclusive sugestões/soluções para o financiamento desse.
- Emissão de mais de 300 requerimentos e indicações cobrando os órgãos envolvidos.

Ante o exposto, a Comissão Especial tem como encaminhamento prático a ser levado ao Poder executivo primeiramente a cobrança da real necessidade de revisão do Plano de Mobilidade lembrando que essa revisão está prevista no próprio documento (item 01 que trata da Manutenção, Implementação e Revisão do Plano). Lembramos que o Plano de Mobilidade foi projetado para atender a um horizonte de 10 anos, contudo, entende-se que o instrumento deverá ser revisto a cada 04 anos, nos anos que antecederam a elaboração do Plano Plurianual.

A participação nos fóruns e nas reuniões envolvendo conceitos de Cidades Inteligentes, trouxe à baila importantes conceitos sobre *Smart Cities* que representa um avanço revolucionário na forma como planejamos, construímos e vivemos em ambientes urbanos. Essa abordagem inovadora é impulsionada pela integração de tecnologia e dados para melhorar a eficiência, a sustentabilidade e a qualidade de vida nas cidades, apresentando a conectividade digital para criar um ecossistema onde infraestruturas críticas, serviços públicos e até mesmo os cidadãos estão interligados. Sensores, redes de comunicação avançadas e análise de dados em tempo real permitem uma gestão mais eficiente de recursos, como energia, água e transporte. Isso resulta em economia de recursos, redução de desperdícios e, por consequência, em uma pegada ambiental mais leve.

A mobilidade urbana também é transformada pelo conceito de Cidades Inteligentes. Sistemas de transporte inteligentes podem otimizar rotas, reduzir congestionamentos e melhorar a experiência dos passageiros. Além disso, a infraestrutura de carros autônomos e veículos elétricos se integra às cidades inteligentes, promovendo uma mobilidade mais sustentável e eficiente.

Nesse sentido, a Comissão Especial entende que o tópico demanda uma abordagem sensível e atenciosa, o que não se percebe na gestão atual. Sugere-se portanto uma reestruturação organizacional que envolva a redução de diretorias e departamentos, visando a substituição por unidades de maior eficácia e eficiência nesse setor, com a contratação de profissionais comprovadamente capacitados e sem o escopo político.

Não obstante, salientamos ser mister a elaboração de um plano municipal de transporte público em prazo não superior a 06 (seis) meses considerando o atual contrato ter sido firmado em caráter provisório e o entendimento de que o atual modelo é retrógrado e não atende aos anseios e demandas levantadas por essa comissão. Esse plano deve ser apresentado à Câmara de Vereadores e à População e envolver todos os atores envolvidos em sua discussão, convidando inclusive os membros da Comissão Especial para contribuições.

O transporte público desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na qualidade de vida das cidades em todo o mundo. Sua importância abrange uma série de aspectos econômicos, sociais e ambientais que contribuem para uma sociedade mais sustentável e equitativa, desempenhando, em uma primeira análise, um papel crucial na redução do congestionamento nas vias urbanas. Com a crescente urbanização e o aumento do número de veículos particulares, o município de Foz do Iguaçu já apresenta congestionamentos que não apenas causam estresse aos motoristas, mas também desperdiçam tempo e recursos. O transporte público oferece uma alternativa eficaz, permitindo que um grande número de pessoas compartilhe o mesmo veículo, o que ajuda a diminuir o tráfego e melhorar a fluidez das estradas.

Do ponto de vista ambiental, o transporte público reduz significativamente na emissões de gases de efeito estufa e na melhoria da qualidade do ar. Veículos particulares são uma das principais fontes de poluição atmosférica e contribuem para as mudanças climáticas. Ao optar pelo transporte público, as pessoas ajudam a reduzir a pegada de carbono e a promover um ambiente mais saudável para todos.

Em resumo, a importância do transporte público não pode ser subestimada. Ele desempenha um papel vital na redução do congestionamento, na inclusão social, na preservação do meio ambiente e na promoção de uma melhor qualidade de vida nas cidades. Investir em sistemas de transporte público eficientes e acessíveis é essencial para construir comunidades mais sustentáveis, equitativas e agradáveis para todos os cidadãos e, nesse sentido, a presente comissão afirmar sugere um esforço do chefe do executivo a fim de colocar esse modal de transporte como prioridade da gestão pois entende ser

imperativo que o gestor adote uma abordagem mais criteriosa na alocação de recursos financeiros, redirecionando fundos de maneira estratégica para fortalecer a capacidade da pasta responsável pelo gerenciamento do Transporte Público, envidando os esforços financeiros necessários para previsões orçamentárias de investimento constante, parcerias com instituições de ensino e de implementação (a médio prazo) da Tarifa Zero Universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais deste relatório, é importante ressaltar que, embora tenhamos abordado uma ampla gama de questões e sugestões pertinentes ao aprimoramento da mobilidade urbana em nossa cidade, reconhecemos que o tema é de natureza dinâmica e em constante evolução. Nossa análise e recomendações refletem uma compreensão profunda dos desafios atuais, mas não esgotam as possibilidades de melhoria que podem surgir com a evolução das ações.

Portanto, recomendamos veementemente que as sugestões apresentadas neste relatório sejam vistas como um ponto de partida para ações mais abrangentes e contínuas no sentido de aprimorar a mobilidade urbana. É essencial que este processo de aprimoramento seja uma jornada contínua, adaptando-se às mudanças nas necessidades e nas tendências de mobilidade da nossa comunidade.

A fim de garantir a implementação eficaz das recomendações aqui apresentadas e acompanhar de perto o progresso, sugerimos que o Chefe do Executivo apresente relatórios semestrais detalhando os encaminhamentos derivados deste documento, bem como quaisquer outras medidas tomadas em relação ao tema da mobilidade urbana. Essa prática de prestação de contas periódica permitirá uma avaliação contínua do impacto das ações empreendidas e fornecerá a oportunidade de ajustes conforme necessário.

Concluindo, é fundamental que as considerações e ações discutidas neste relatório sejam vistas como um ponto de partida para uma abordagem mais ampla e colaborativa na busca por uma mobilidade urbana mais eficiente, sustentável e acessível. Os membros da comissão estão comprometidos em acompanhar esse processo de forma colaborativa, entendendo ser imprescindível fomentar a conscientização da população e do Poder Público acerca do fato de que a Mobilidade Urbana transcende a esfera conceitual, configurando-se como uma realidade efetiva e não meramente teórica.



Por fim, essa comissão requer o encaminhamento deste relatório ao Executivo Municipal a fim de que o mesmo possa analisar e atender os apontamentos realizados no capítulo “conclusões”.



KALITO STOECKL
RELATOR



ADNAN EL SAYED
PRESIDENTE



CABO CASSOL
MEMBRO